

ATA N.º 14 (Quadriénio 2021/2025)

Sessão de 29.09.2023

-----Ao vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu em Sessão Ordinária, no Salão da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, na localidade de Bairradas, a Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos, sob a presidência do Exm.º Sr. Dr. Carlos Manuel Simões da Silva, Presidente da Assembleia Municipal, coadjuvado pelo Sr. António Manuel Ferreira da Silva, primeiro secretário e pela Sr.ª D.ª Ana Bela da Conceição Silva, segunda Secretária, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- 2. Relatório sobre a situação económico-financeira do Município de Figueiró dos Vinhos – Ano 2023 (1.º Semestre) (tomado conhecimento – Reunião de Câmara de 13/09/2023);**
- 3. Atribuição de benefício social no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos**
 - 3.1 04BSBV22 – Proposta de Deliberação n.º 61/2022 (aprovado por unanimidade – Reunião de Câmara de 12/07/2023);**
 - 3.2 03BSBV22 – Proposta de Deliberação n.º 62/2023 (aprovado por unanimidade – Reunião de Câmara de 12/07/2023);**

4. **Expropriação para criação de um troço de ligação entre a E.M. 525 e o espaço de atividades económicas existente em Almofala – Proposta de Deliberação n.º 79/2023 (aprovado por unanimidade – Reunião de Câmara de 30/08/2023);**
5. **Fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024 – Proposta de Deliberação n.º 90/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
6. **Fixação da participação variável no IRS a incidir sobre rendimentos de 2024 – Proposta de Deliberação n.º 91/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
7. **Fixação de Derrama para 2024 – Proposta de Deliberação n.º 92/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
8. **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2024 – Proposta de Deliberação n.º 93/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
9. **Concurso Público – Atribuição do Direito de Exploração do Restaurante, Loja e Espaço de Apoio ao Visitante 01CPC23 – Aldeias do Xisto Casal de S. Simão 2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
10. **Declaração de assunção de compromissos plurianuais – Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Informação Interna n.º 3193/2023 (tomado conhecimento – Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
11. **3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento do Exercício de 2023 – Informação Interna n.º 3219/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023);**
12. **Para ratificação – Presidente de Junta de Freguesia efetivo e suplente no XXVI Congresso da ANMP.**

-----Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia Municipal: Dr. António Eduardo Monteverde Plantier Saraiva, Dr. Fernando Manuel Conceição Manata, Eng.º Fernando José Forte Garrido Branco, Dr. Sérgio Filipe Godinho Luís, Dr.ª Ana Maria Ingrês Pais, Dr. Pedro Miguel David Santos Lopes, Sr. José João Reis Farinha, Enf.ª Maria José Henriques Napoleão, D.ª Marília Rosária da Silva Coelho Antunes, D.ª Maria Amélia Zagarte Nunes e Sr. Armando Domingos Gonçalves. Presentes também os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Sr. Carlos Alberto Godinho Simões, de Aguda, Sr. Jorge Manuel Rodrigues Quaresma, da União de

Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas, e Enf.^a Ana Cristina Baião Furtado Graça, de Arega.-----

-----Nos termos previstos no artigo 48º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Sr. Jorge Manuel Fernandes de Abreu. Presentes também os vereadores Dr. Carlos Alberto David Santos Lopes e Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva.-----

A Sra. Vereadora Dra. Marta Inês Brás e o Sr. Vereador Arlindo José Bernardo Dinis não estiveram presentes, tendo solicitado a sua substituição, fazendo-se representar pelos elementos a seguir nas listas em que se candidataram, Sr. José Adelino da Silva Sardinha e Sr. Eng.º Micael Simões Francisco, respetivamente.-----

-----Não esteve presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campelo, não tendo solicitado a sua substituição.-----

-----Constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a Sessão, saudou todos os presentes e convidou para a mesa e a usar da palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguda**, que cumprimentou todos os presentes, agradeceu e felicitou a presença da Assembleia Municipal na freguesia de Aguda e desejou uma ótima reunião.-----

Seguidamente, e dando continuidade aos trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão a ata da sessão extraordinária de vinte e quatro de junho e a ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de junho, as quais foram aprovadas por unanimidade.-----

Sobre o expediente, informou que a correspondência se encontra na mesa e pode ser consultada, ou sempre que o desejarem, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

A seguir propôs um voto de pesar pelo falecimento do Ex-funcionário da Autarquia, Sr. Juvenal da Silva Nunes Dinis, que exerceu funções como trabalhador entre 18.05.1978 e 30.03.2019, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a proposta apresentada, que será transmitida à família, e guardado um minuto de silêncio em sua memória.-----

A seguir deu a palavra ao **líder da bancada do Partido Social Democrata, Dr. António Saraiva**, que apresentou o voto de pesar em conjunto com a bancada do Partido Socialista e do Movimento Figueiró Independente, que a seguir se transcreve:

“VOTO DE PESAR

O grupo da bancada do PSD em conjunto com os grupos das bancadas do PS e do MFI na Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos, propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento de David Araújo.

David Araújo nasceu a 2 de Outubro de 1989 em Figueiró dos Vinhos e faleceu em 25 de Julho de 2023, num acidente de automóvel que o retirou da nossa companhia numa idade tão nova.

Estudou na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, exerceu a actividade profissional de Contabilista e colaborou, profissionalmente, com diversas empresas deste Concelho. Fez parte do Corpo de Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos encontrando-se à data do seu falecimento no Quadro de Reserva, foi o Presidente, durante vários anos, da secção de Figueiró dos Vinhos da JSD, bem como fez parte dos órgãos diretivos da Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos.

Foi uma pessoa muito bem inserida na vida social, profissional e política deste Concelho, sendo muito respeitado por todos os que com ele conviveram.

O seu pai, João Cardoso de Araújo, foi, durante bastantes anos, um ilustre deputado nesta Assembleia e esta tragédia afetou de uma forma especial todos os seus membros, muitos deles seus antigos colegas.

Quem com David Araújo teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua verticalidade, e as suas preocupações de carácter social e humanitário que merece um profundo respeito e admiração de todos. David Araújo é, assim, reconhecido como um homem de bem e sempre preocupado em ajudar os outros.

- Por tudo o que foi dito sobre a sua pessoa e tendo em consideração o seu relevante contributo para a sociedade de Figueiró dos Vinhos, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: - Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento;

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;

- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.

Figueiró dos Vinhos, 29 de Setembro de 2023”

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o voto de pesar à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e cumprido um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----A seguir solicitou a palavra o líder da bancada do **Partido Socialista, Dr. Fernando Manata**, que propôs um profundo voto de pesar pelo falecimento da Sr.^a D.^a Élia Morais Simões da Silva, mãe do Dr. Carlos Silva, Presidente da Assembleia Municipal, pessoa afável e sempre com uma palavra amável para todas as pessoas, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a proposta apresentada que será transmitida à família e guardado um minuto de silêncio em sua memória.-----

A seguir, deu a palavra aos Srs. Membros da Assembleia Municipal, tendo solicitado a palavra o **líder da bancada do Partido Social Democrata, Dr. António Saraiva**, que se referiu ao relatório de contas e à redução da dívida à banca. Ora, referir a redução da dívida não lhe parece que esteja bem referenciado, verifica-se uma contradição entre a informação colocada no documento apresentado pela Câmara e os documentos do Relatório de Contas da Câmara.-----

-----A seguir solicitou a palavra o **membro da Assembleia Municipal, Sr. Eng.º Rui Silva**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao novo sistema de mobilidade da região de Leiria e questionou se a referida alteração abrange as pessoas do norte do distrito.-----

A seguir agradeceu à Câmara Municipal e à Associação Desportiva o pronto apoio que têm facultado à supertaça nacional de xadrez.-----

-----A seguir o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que depois de cumprimentar todos os presentes, em particular o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguda, referiu-se à intervenção do Dr. António Saraiva e disse que, analisando os documentos apresentados, verifica-se que, no global, a descida da dívida a fornecedores, herdada desde 2013, é drástica, o que permitiu a capacidade de endividamento para investimento e recurso à linha BEI, uma vez que não há apoios do Quadro Comunitário, por exemplo a realização da variante norte não seria possível sem recurso à linha BEI, portanto o aumento da dívida a que se refere o Dr. António Saraiva é para investimento.-----

Sobre o plano de mobilidade da região de Leiria, informou que o mesmo visa interligar o norte do distrito. A seguir, agradeceu a presença da supertaça de xadrez no concelho. Salientou que, após tanta luta, conseguiram a redução de 30% no preço das passagens na A13 para os veículos de classe 1, vão continuar a luta para a redução das taxas nos restantes veículos. Ainda na A13, aquando da construção, lembrou a falta de sinalética na saída para Figueiró dos Vinhos. Contudo, depois de muita insistência e várias exposições à Ascendi e às Infraestruturas de Portugal, conseguiu-se e está resolvido. Reconhece que a A13 é uma mais-valia para todo o Interior, mas desagrada a saída para a freguesia de Arega, lamenta que na altura da construção não tenha havido pressão para alterar à decisão tomada sobre a referida saída, foi inadmissível e agora é irreversível, tendo em conta a subida íngreme, com curvas muito acentuadas, que não permitem a saída de carros pesados e, mesmo os ligeiros têm que circular com muito cuidado.-----
A seguir referiu-se à visita da Sr.^a Ministra da Justiça para iniciar os Julgados de Paz e disse que a organização não foi da Câmara Municipal, por isso não houve da parte da Câmara Municipal qualquer convite institucional ou pessoal.-----

-----A seguir solicitou a palavra o **líder da bancada do PSD, Dr. António Saraiva**, que disse que não há da sua parte qualquer juízo qualitativo sobre a razão de ser da dívida à banca, não disse que não é meritória, o que põe em causa é que, desde 2017, não haver um número tão alto, sendo assim contraditório referir-se redução de dívida à banca. Há discrepância com a informação prestada pelos serviços da Câmara na redução da dívida total, porque parece-lhe que os valores mencionados não estão em consonância com os documentos oficiais da Câmara Municipal.-----
Sobre a visita da Sr.^a Ministra da Justiça aos julgados de Paz, deu os parabéns à Câmara Municipal, é um grande acontecimento para Figueiró dos Vinhos, ao centralizar um serviço que abrange alguns concelhos limítrofes.-----

-----A seguir solicitou a palavra o **membro do Partido Socialista, Dr. Sérgio Godinho**, referiu-se ao plano de mobilidade da região de Leiria e informou que o assunto já foi debatido na Assembleia Intermunicipal, estão cientes das dificuldades e vão continuar a debater, para tentar arranjar soluções para que fique mais fácil o acesso do norte do Distrito a Leiria.-----

-----A seguir o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que referiu que, desde que assumiu o executivo até à presente data, e quando refere redução da dívida, tem toda a lógica, porque no início a dívida era cerca de sete milhões e o presente executivo pagou cerca de um milhão por ano. Neste período houve anos que a dívida subiu devido ao investimento, mas desde o início até ao momento houve redução global da dívida, é isso que está mencionado no documento, desde o início deste executivo até à presente data. -----

-----Solicitou a palavra o **membro da Assembleia Municipal, Eng.º Rui Silva**, para aludir às saídas da A13, reconhecendo que o ideal era haver boas saídas para todas as freguesias, mas de acordo com as diversas reuniões em que participou, aquando da execução da obra, o que foi pensado foram as saídas para os diversos concelhos.-----

1. Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu-se aos documentos que foram enviados sobre a atividade do município, e mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos que entenderem.-----
Salientou o ligeiro aumento da dívida a fornecedores no trimestre em cerca de 34000,00 euros de juros e encargos, uma realidade diferente do que era anteriormente, afirmando que as contas estão controladas, não é preocupante. -----

-----Solicitou entretanto a palavra o **líder da bancada do PSD, Dr. António Saraiva**, dizendo que o impacto dos juros dilui-se no tempo, não é imediato, esse impacto vai-se sentir no próximo ano. -----

2. Relatório sobre a situação económico-financeira do Município de Figueiró dos Vinhos – Ano 2023 (1.º Semestre) (tomado conhecimento – Reunião de Câmara de 13/09/2023)

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que fez uma breve explanação sobre o Relatório da situação económico-financeira do Município de Figueiró dos Vinhos enviado pelo Revisor Oficial de Contas, salientou os compromissos assumidos, bem como o equilíbrio positivo a nível orçamental.-----

Relativamente a dívida a terceiros, esta refere-se a empréstimos para investimentos, oportunamente aprovados pela Assembleia Municipal.-----

-----A seguir solicitou a palavra o líder da bancada do MFI, Dr. Fernando Branco, que apresentou a seguinte tomada de posição:

“TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – 1º SEMESTRE

O Grupo Municipal do Movimento Figueiró Independente (MFI), em consonância com a posição assumida pelo seu representante na Câmara Municipal, pretende deixar expressa a sua posição no que respeita ao relatório apresentado referente à situação económico-financeira do Município de Figueiró dos Vinhos, referente ao 1º semestre de 2023.

Numa análise global, o Movimento Figueiró Independente acompanha as constatações e alertas constantes da informação emitida, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Verifica-se uma baixa execução na despesa;*
- Verifica-se igualmente uma execução das receitas correntes aquém do projetado;*
- Verifica-se a necessidade de corrigir a execução da despesa de capital, de modo a que acompanhe a execução da receita de capital;*
- Verifica-se a necessidade de acautelar o valor dos compromissos assumidos, sendo que os encargos assumidos e não pagos ascendem no período em análise a 1.187.911 euros.*

Regista-se com agrado a constatação que a margem de endividamento se encontra em níveis considerados aceitáveis, apesar do aumento da dívida a terceiros comparativamente ao período homólogo anterior. O montante de cerca de 542.000 euros correspondentes a este aumento refletirá empréstimos contraídos com objetivos

de investimento, que foram aprovados por unanimidade, e que ainda se encontrarão nesta fase abrangidos pelo período de carência contratualizado.

Regista-se com agrado a existência de equilíbrio corrente ao nível da orçamentação e da execução.”

-----Seguidamente solicitou a palavra o **líder da bancada do PSD, Dr. António Saraiva** – salientou a declaração final do Relatório do Revisor Oficial de Contas “...*da análise efetuada resulta que devem tomar medidas para melhorar a execução orçamental do segundo semestre e com isso cumprir as metas traçadas para o conjunto do ano*”, referiu que não sabe o que dizer, porque a meio do ano anterior o orçamento não foi minimamente igual ao orçamento que foi apresentado nas contas finais, fez-se uma alteração substancial para menos dos valores orçamentados, e na sua opinião passou-se de sessenta para oitenta e cinco por cento de execução, situação que não aceita, em termos pessoais, não considera correto. Presentemente, a meio do ano, refere-se um orçamento contudo, não sabe qual vão apresentar nas contas finais, por isso não sabe o que dizer, só lhe interessa saber o que vai ser apresentado no fim, já em 2024. ---

-----A seguir solicitou a palavra o **líder da bancada do Partido Socialista, Dr. Fernando Manata**, e relativamente à intervenção do Dr. António Saraiva, disse que estão a meio do trabalho executado, há um parecer do Revisor oficial de Contas, presentemente não se podem fazer as contas antes do final do ano orçamental.-----

----- A seguir o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que estão a meio do trabalho executado, o que conta é o resultado final, contudo sem entrar em opiniões sobre outro ponto de vista, garante que tudo irá ser feito em conformidade com a legislação e com a lei e auditados pelo Tribunal de Contas, estão sempre sujeitos ao visto do Tribunal de Contas.-----

3. Atribuição de benefício social no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos:

3.1 04BSBV22 – Proposta de Deliberação n.º 61/2023 (aprovado por unanimidade – Reunião de Câmara de 12/07/2023)

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que se trata de um pedido devidamente sustentado, em termos de regulamento de benefícios fiscais, aos Bombeiros Voluntários, para reembolso de IMI a um voluntário pertencente ao quadro dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.-----

-----Não tendo havido intervenções, foi a proposta colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

3.1 26BSBV22 – Proposta de Deliberação n.º 105/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 08/03/2023)

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que se trata de um pedido devidamente sustentado, em termos de regulamento de benefícios fiscais, aos Bombeiros Voluntários, para reembolso de IMI a um voluntário pertencente ao quadro dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos.-----

-----Não tendo havido intervenções, foi a proposta colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

4. Expropriação para criação de um troço de ligação entre a E.M. 525 e o espaço de atividades económicas existente em Almofala – Proposta de Deliberação n.º 79/2023 (aprovado por unanimidade – Reunião de Câmara de 30/08/2023)

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que o Município de Figueiró dos Vinhos pretende criar um troço de ligação entre a E.M.525 e o Espaço de Atividades Económicas existente em Almofala, na Freguesia de Aguda, onde já se encontra uma empresa em fase de início de laboração e, para o efeito, afetar a parcela de terreno inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 110 da freguesia de Aguda e concelho de Figueiró dos Vinhos para o domínio público municipal, a fim de criar um bom acesso àquela zona de atividades económicas.-----

-----Não tendo havido intervenções, foi a proposta colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade.-----

5. Fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para 2024 – Proposta de Deliberação n.º 90/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023)

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que informou que a taxa máxima de IMI prevista na lei é no máximo de 0,45 % e no mínimo 0,30 %. Quando o presente executivo iniciou funções, a taxa de IMI aplicada era de 0,40 %. Com o objetivo de apoiar as famílias Figueiroenses, o presente executivo tem vindo gradualmente a diminuir o IMI, propondo para este ano a taxa mínima 0,30%, acompanhado do IMI familiar com uma dedução fixa de 20 € para agregados familiares com um dependente a cargo; 40 € para agregados familiares com dois dependentes e uma dedução fixa de 70 € para agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo, bem como uma majoração em 15% sobre as casas degradadas localizadas na área de reabilitação Urbana da Vila. -----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

6. Fixação da participação variável no IRS a incidir sobre rendimentos de 2024 – Proposta de Deliberação n.º 91/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023)

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal apresentou este ponto e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que disse que dando continuidade às opções tomadas nos exercícios anteriores, o executivo tem pautado a sua intervenção pela promoção de políticas sociais que visem melhorar a qualidade de vida dos munícipes. Assim, a proposta é manter em 3% a taxa de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial relativa aos rendimentos de 2024.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

7. Fixação de Derrama para 2024 – Proposta de Deliberação n.º 92/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023)

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que a proposta é de total isenção de derrama municipal no concelho de Figueiró dos Vinhos, como forma de incentivo e apoio aos empresários e industriais instalados, bem como captação empresarial e industrial de futuros investidores.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

8. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2024 – Proposta de Deliberação n.º 93/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023)

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que vão manter a taxa de direitos de passagem de 0,25% sobre o valor da fatura do serviço de comunicações fixas. Se a Câmara abdicasse desse valor, o mesmo reverteria para as operadoras, não para o consumidor final, pelo que a Câmara deliberou não abdicar da mesma.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

9. Concurso Público – Atribuição do Direito de Exploração do Restaurante, Loja e Espaço de Apoio ao Visitante 01CPC23 – Aldeias do Xisto Casal de S. Simão 2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023)

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que foram solicitadas obras por parte do concessionário devido a algumas carências com necessidades de atualização e requalificação. Após análise pelos serviços técnicos, as mesmas ascendem a cem mil euros, deu-se conhecimento à empresa da impossibilidade do investimento, no entanto estão disponíveis para abrir um novo procedimento, até porque dentro de sete meses esse procedimento teria de ser aberto. ----- Assim, trata-se da abertura do concurso público para exploração do restaurante, loja e espaço ao visitante 01CPC23 Aldeias de Xisto Casal de S. Simão 2023, com os encargos assumidos pela concessionário, cujo prazo para execução das obras é de dezoito meses, sendo seis meses isento de pagamento de renda e os restantes doze meses cinquenta por cento do valor do contrato, seguindo-se quinze anos de concessão.-----

-----A seguir solicitou a palavra o **líder da bancada do PSD, Dr. António Saraiva**, disse que uma vez que o espaço vai ser sujeito a obras, questionou se está a ser equacionado o alargamento do espaço para a restauração, porque já presenciou a dificuldade em receberem mais clientes e os satisfazer porque não têm espaço.-----

-----A seguir o **membro da Assembleia Municipal, Sr. José Reis Farinha**, cumprimentou todos os presentes, referiu-se ao valor do investimento a realizar no imóvel, cerca de cem mil euros, e disse que alguém que vai fazer obras em casa alheia não é muito convidativo, e disse que só queria alertar a Câmara para ver se não acontece o mesmo que aconteceu com o bar em Campelo.-----

-----A seguir o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o estudo técnico visa libertar espaço e aumentar a capacidade do imóvel e os quinze anos de concessão visam salvaguardar o investimento do concessionário.-----

-----Não havendo mais intervenções, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

10. Declaração de assunção de compromissos plurianuais – Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Informação Interna n.º 3193/2023 (tomado conhecimento – Reunião de Câmara de 25/09/2023)

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que são os compromissos assumidos para além de um ano e que obrigatoriamente têm de dar conhecimento à Assembleia Municipal. Disponibilizou-se para esclarecer alguma dúvida existente, não se tendo registado nenhum pedido de intervenção.-----

11. 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento do Exercício de 2023 – Informação Interna n.º 3219/2023 (aprovado por unanimidade - Reunião de Câmara de 25/09/2023)

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que informou que se trata da 3.ª alteração modificativa ao orçamento do exercício de 2023, com uma diminuição de 167.985,00 euros e da necessidade de se proceder a ajustamentos ao orçamento inicial aprovado.-----

-----A seguir, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o assunto à discussão e, não havendo intervenções, colocou o mesmo à votação, sendo aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

12. Para ratificação – Presidente de Junta de Freguesia efetivo e suplente no XXVI Congresso da ANMP

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** apresentou este ponto e informou que, no dia 24 de julho, foi recebido na Assembleia Municipal o ofício n.º 60/2023 da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar da realização do XXVI

Congresso da ANMP, no dia 30 de setembro, e a solicitar indicação de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Juntas de Freguesia no referido congresso.

Atendendo a que não se encontrava agendada nenhuma sessão da Assembleia Municipal antes da data acima referida, e considerando o histórico das representatividades nos congressos anteriores, foi posta à consideração de todos os senhores deputados municipais, através dos respetivos líderes de bancada, e após consulta a todos os senhores/a presidentes de junta, indicar a presença do Presidente da Junta de Freguesia de Aguda, Sr. Carlos Alberto Godinho Simões, na qualidade de efetivo, e como suplente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Arega, Enf.^a Ana Cristina Baião Furtado Graça. -----

Colocado este pedido de ratificação à Assembleia Municipal, pelo seu Presidente, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com o seu voto favorável.-----

-----Considerando a natureza dos assuntos tratados na Sessão, e em observância do que dispõe o Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs que a presente Ata fosse aprovada por Minuta, proposta que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão Ordinária, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Silva**, declarou encerrada a sessão às vinte e uma horas e quarenta minutos, lavrando-se, para constar, a presente ata.-----

A Mesa da Assembleia Municipal

